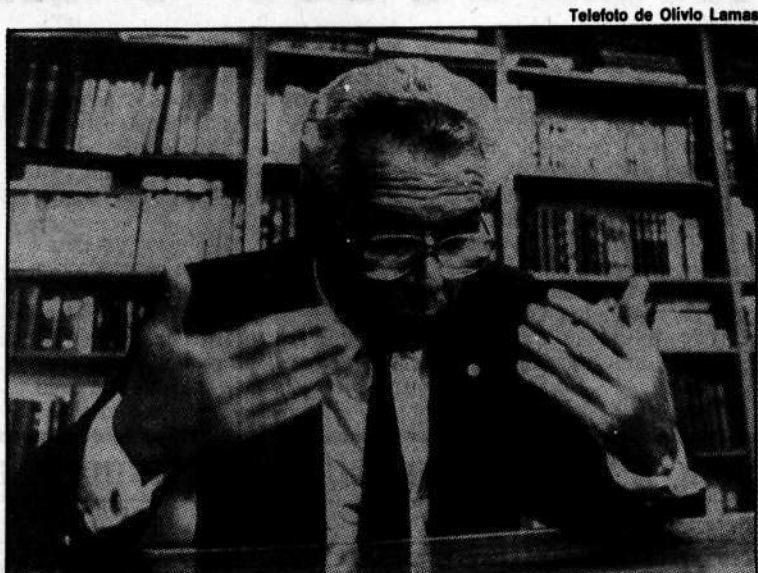


# 'Centrão' salvará a Carta, diz Cardoso Alves



Para Cardoso Alves, o 'Centrão' ditará as diretrizes da Constituição

SÃO PAULO — Em sua curta existência, o recém-criado "Centrão", grupo de parlamentares "moderados" filiados a sete partidos políticos e responsável pelo menos por 340 votos na Constituinte, já comemora suas primeiras vitórias. "O grupo ditará as linhas mestras da Constituição e será a salvação da nova Carta", diz eufórico o Deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), um dos principais articuladores do "Centrão".

Robertão, como é conhecido o Deputado, acha que o "Centrão" modificou o clima da Constituinte na hora certa e garantirá o mandato de cinco anos para o Presidente Sarney e a continuidade do regime presidencialista. A Constituição sem o "Centrão" seria, segundo o Deputado, "um país autárquico, fechado, sem ser corporativista enfim, um Estado não partícipe do restante do Universo".

Aos que consideram o grupo como de direita, Roberto Cardoso Alves diz que o "Centrão" caminha para a mesma direção para onde o Glasnost russo está apontado. O Deputado lamenta que o grupo só agora tenha sido formado. "Ele deveria ter se formado em fevereiro, para impedir que a esquerda extremada ganhasse tanto espaço como ganhou dentro da Constituinte".

**O GLOBO — Como surgiu a idéia de formar o "Centrão"?**

Cardoso Alves — No instante em que foi constatada a presença da esquerda nos postos-chaves da Constituinte, começou a surgir uma preocupação mais ou menos generalizada quanto aos destinos da Constituinte e seu trabalho. Então passamos a articular a formação de um grupo que congregasse a maioria dos constituintes. O "Centrão" surgiu sem líderes e donos, com compromissos que vão se exaurir no plenário da Constituinte. Um grande aliado nosso foi a própria Comissão de Sistematização. Basta dizer que, nela, o Centro Democrático do PMDB tem 21 por cento dos constituintes e, no plenário, tem 43 por cento. Essa Comissão então passou a ser um órgão de amedrontamento do País: esterilizou o capital nacional, afugentou o capital estrangeiro e passou a pregar a estatização de tudo.

**O GLOBO — Qual é a principal preocupação do "Centrão"?**

Cardoso Alves — É vencer a Comissão de Sistematização. Não é possível que 93 deputados, entre titulares e suplentes, possam representar muito mais do que os 460 que ficaram fora dela.

**O GLOBO — Com quantos parlamentares o "Centrão" pode contar hoje?**

Cardoso Alves — Assinados são 315, mas sem assinar ainda existem uns 20 adeptos que votarão conosco. De modo que somos ao todo uns 340, a maioria dos parlamentares brasileiros.

**O GLOBO — De que forma, o "Centrão" deixará sua marca na Constituição?**

Cardoso Alves — Se não for a Constituição pretendida pelo "Centrão", ela será das minorias. Será uma Constituição que não representa o País, porque as maiorias não tiveram condições de fazer valer suas vontades. O "Centrão" respeita a minoria, mas vai dar as linhas mestras da Constituição.

**O GLOBO — Qual a proposta do "Centrão"?**

Cardoso Alves — A proposta é apresentar substitutivos e emendas supressivas e aditivas a títulos, capítulos, seções e artigos, e a todos os dispositivos. Não há nenhuma negociação em andamento em relação a essa proposta e nin-

guém está autorizado a negociar sozinho.

**O GLOBO — Quais as vitórias que o "Centrão" já pode computar?**

Cardoso Alves — Não temos força para atuar na Sistematização porque somos minoria lá. Mas o pessoal já está falando em garantir emenda que era proibida pelo Regimento Interno e a Comissão de Sistematização já vê a coisa com mais respeito. Os coordenadores do "Centrão" também estão sendo chamados para conversar, estão nos procurando mais. Creio que conseguimos modificar o clima da Constituinte.

**O GLOBO — O "Centrão" seria uma espécie de salvação da nova Carta?**

Cardoso Alves — Acho que é, porque senão não teríamos uma Constituição de vencedores. Teríamos, sim, uma carta do artilheiro, a Constituição da astúcia, da minoria garroteando através de ciladas e armadilhas. Queremos uma Constituição de negociação e a minoria não tem nada a perder, pois vamos procurar o que nos une. O "Centrão" tem absoluta consciência de que a maioria que ele representa na Constituinte é a maioria do povo brasileiro.

**O GLOBO — Quantos partidos políticos integram hoje o "Centrão"?**

Cardoso Alves — Sete: PMDB, PFL, PTB, PL, PDS, PDC e PDT.

**O GLOBO — O recado dado pelo Presidente Sarney, considerando como inimigo quem votar nos quatro anos, é extensivo também ao "Centrão"?**

Cardoso Alves — Os que gritaram foram o PT, PCdoB, PCB e alguns deputados do PMDB que detêm empregos que vão perder se votarem com os quatro anos. Muitos dão a deslealdade e querem que o Presidente lhes pague com a solidariedade política. Os que defendem cinco anos não acharam ruim. E creio que todos os que defendem os cinco anos de mandato para o Presidente estão reunidos no "Centrão".

**O GLOBO — Esse recado do Presidente pode influenciar na duração do seu mandato?**

Cardoso Alves — Claro, muita gente que defende quatro anos e tem cargos no Governo vai passar a votar pelos cinco, apesar de que não foi bem isso que o Presidente disse. Ele não usa expressões tão duras, mas não considera seu amigo quem vota contra ele.

**O GLOBO — O que seria a Constituinte sem o "Centrão"?**

Cardoso Alves — Seria um país autárquico, fechado, sem ser corporativista, um estado não partícipe do restante do Universo.

**O GLOBO — Como funcionará o "Centrão"?**

Cardoso Alves — Funcionará como uma espécie de partido. Com estrutura de um partido político. Em vez de ter um líder, terá um colegiado de coordenadores e, como não podemos ter a estrutura da Câmara, vamos nos servir dos líderes dos partidos que estão conosco. Aliás, o "Centrão" veio tarde. Eu queria que ele viesse em fevereiro, pois assim a esquerda extremada, mais astuta, não teria conseguido tanto espaço.

**O GLOBO — O "Centrão" dividiu a Constituinte em "progressistas" e "moderados"?**

Cardoso Alves — Progressistas somos nós. Queremos o Brasil ao lado da França, Alemanha, Estados Unidos e Espanha, e eles querem o Brasil ao lado da Albânia, Nicarágua e Cuba. Queremos ir para onde o Glasnost russo está apontando, a nova política chinesa está apontando.

## Fiúza levanta subsídio para emendas

BRASÍLIA — O Deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), um dos articuladores do "Centrão", iniciou uma série de conversas com lideranças que não integram o grupo, com o objetivo de levantar subsídios para as emendas que os centristas pretendem apresentar no plenário. Fiúza está fazendo um minucioso exame na redação final do projeto da Comissão de Sistematização, para retirar as matérias que considera que devem ser previstas em lei complementar e também as que o grupo não deseja que sejam mantidos na nova Carta.

Segundo o Deputado, existem muitos constituintes preocupados em retirar do texto o que eles chamam de "besteira". Fiúza disse ter constatado isso em conver-

sas com o Senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) e com os Deputados Adolfo Oliveira (PF-RJ) e Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE). Segundo afirmou, suas propostas de mudança estão obtendo o consenso da maioria dos constituintes.

A maioria das sugestões de Fiúza ao "Centrão", resultado de um trabalho de consulta a grande número de seus integrantes, está no capítulo referente aos Direitos Sociais. Em apenas sete artigos, o "Centrão" quer pelo menos 22 alterações, que vão desde a supressão da estabilidade no emprego e licença de 120 dias para gestante, passando pela imprescritibilidade das causas trabalhistas e a remuneração em dobro para as horas extras. Além disso, pretendem li-

mitar a atividade sindical e retirar do texto o direito de igualdade trabalhista entre empregada doméstica e demais trabalhadores.

As modificações que Fiúza discutiu com o "Centrão" começam no Preâmbulo, texto que considera fraco e pouco expressivo, não retratando uma Constituição moderna. Nos Princípios Fundamentais, o grupo propõe a alteração do parágrafo que estabelece que "todo o Poder pertence ao povo que o exerce diretamente, nos casos previstos nesta Constituição ou por intermédio de representantes eleitos". Para o Deputado, é desnecessário incluir neste preceito "os casos previstos nesta Constituição".

No Título II, Direitos e Liberdade

des Fundamentais, as mudanças indicadas são 17, entre elas a supressão da admissão de ação privada nos crimes de ação pública e a limitação de que "propriedade rural de até 25 hectares, desde que trabalhada por uma família, não pode ser objeto de penhora para pagamento de débitos".

O Deputado Ricardo Fiúza só não propõe alteração no capítulo que trata do Sistema de Governo. Na sua opinião, essa questão deve ser decidida na votação em plenário. Até agora, ele já levantou as modificações para os quatro primeiros títulos. Mas o "Centrão" ainda não definiu qual será a fórmula de apresentação das emendas, por seção, ou, como no caso dos Direitos Sociais, o capítulo inteiro.